



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Judiciária**



Prova Cargo A01, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Português  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Novembro/2004

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Leis para indigentes morais**

*Acaba de chegar a Massachussets um grupo de adolescentes sudaneses que viajaram diretamente da Idade da Pedra, ou quase, para a América do século XXI. São cinco mil refugiados, que estão sendo distribuídos pelos EUA. Para muitos, a viagem de avião é a primeira experiência em um transporte motorizado.*

*Qual será o maior estranhamento para esses jovens? A neve e a calefação? Os celulares? A Internet? (...)*

*O susto virá da quantidade de leis formais detalhadas e explícitas que regram a vida americana, enquanto a vida da tribo era regada por poucas normas quase sempre implícitas – ou seja, pela confiança de todos numa moral comum tácita.*

*Nossas leis tornam-se cada vez mais detalhadas, pois há a idéia de que um código exaustivo garantiria o funcionamento de uma comunidade justa. De fato, essa proliferação revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais. Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística da qual esperamos que diga exatamente o que fazer em cada circunstância. O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência.*

*A tentativa de animar uma comunidade por uma lengalenga de leis testemunha a fraqueza do vínculo social. Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras para ter, ao menos, muitas obrigações comuns.*

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. S. Paulo: **Publi-folha**, 2004, pp. 66/68)

1. Ao referir-se à migração de um contingente de jovens sudaneses para os EUA, o autor formula a hipótese de que deverá haver um choque cultural, provocado pela

- (A) precariedade do estágio técnico em que ainda se encontra a sociedade do Sudão.
- (B) dificuldade que têm os brancos americanos de conviverem com outras etnias.
- (C) excessiva informalidade do sistema jurídico norte-americano.
- (D) exagerada minuciosidade das normas jurídicas vigentes nos EUA.
- (E) fragilidade das regras que estão implícitas na vida social dos sudaneses.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Não existiria a “indigência moral”, a que especificamente se refere o autor do texto, se houvesse a confiança dos cidadãos em princípios morais que fossem compartilhados.
- II. Nas sociedades ditas “primitivas”, como a sudanesa, há uma grande insegurança dos seus componentes quanto às normas e valores que devem reger a vida social.
- III. O autor considera que a proliferação de leis, tal como ocorre nos EUA, equivale a uma compilação casuística de normas, na qual se busca prever todas as circunstâncias.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) III, somente.

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo do texto que

- (A) quanto mais detalhista e previdente se mostra um sistema jurídico, tanto mais fortes são os vínculos sociais.
- (B) a especificação das obrigações que temos uns com os outros não é inspirada por uma moral que efetivamente compartilhamos.
- (C) a fraqueza dos vínculos sociais é uma consequência direta do excesso de generalização das normas jurídicas.
- (D) os vínculos sociais, quando são fortes, dispensam os valores do que se costuma chamar uma *inspiração moral compartilhada*.
- (E) a expressão *lengalenga de leis* aplica-se aos casos em que as normas jurídicas pecam pelo excesso de generalização e pela imprevidência.

4. No contexto da frase *O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência*, os termos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de

- (A) assumido - indicado - pobreza.
- (B) chamado - acusado - penúria.
- (C) propalado - investivado - insolvência.
- (D) suposto - injuriado - precariedade.
- (E) confessado - exposto - impropriedade.

5. *Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística (...).*

Está INCOERENTE com o texto a reconstrução da frase acima em:

- (A) A compilação de uma casuística vai de encontro à nossa indigência moral.
- (B) Compilamos uma casuística em virtude de nossa indigência moral.
- (C) É o fato de sermos uns indigentes morais que nos leva a compilar uma casuística.
- (D) A razão de compilarmos uma casuística está no fato de sermos indigentes morais.
- (E) A compilação de uma casuística decorre diretamente de nossa indigência moral.

|   |  |
|---|--|
| <p>6. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas <b>apenas</b> na frase:</p> <p>(A) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.</p> <p>(B) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.</p> <p>(C) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.</p> <p>(D) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.</p> <p>(E) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.</p> | <p>10. Quanto à ortografia, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Não terão sido <i>expatriados</i> esses cinco mil jovens sudaneses? Por vezes, a palavra <i>refugiados</i> é utilizada de maneira meio eufêmica.</p> <p>(B) Países do primeiro mundo acabam catalizando migrações em massa. Do ponto de vista da população local, essas levas de migrantes quase nunca são bem-vindas.</p> <p>(C) Nós não nos insurjimos contra esse despropositado aparato de leis porque não temos quaisquer convicções quanto aos nossos fundamentos morais.</p> <p>(D) <i>A lengalenga de leis</i>, em que se vão transformando nossos códigos, opõe-se à concisão das normas que vitem de modo implícito na sociedade sudanesa.</p> <p>(E) O autor do texto deplora nossos códigos casuísticos. Ele manifesta clara preferência pela primasia dos valores morais comuns, e não das obrigações regulamentadas.</p>  |
| <p>7. Indica-se uma alteração da <b>voz verbal</b> do segmento sublinhado em:</p> <p>(A) Cinco mil refugiados <u>estão sendo distribuídos</u> pelos EUA = foram distribuídos.</p> <p>(B) Qual <u>será</u> o maior estranhamento para esses jovens? = terá sido.</p> <p>(C) O susto <u>virá</u> da quantidade de leis formais = deverá vir.</p> <p>(D) A vida da tribo <u>era regradada</u> = regravava-se.</p> <p>(E) É por isso que <u>inventamos</u> tantas regras = são inventadas.</p>  | <p>11. Todas as formas verbais estão adequadamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Os jovens que proviram do Sudão assustar-se-ão com a quantidade de casuísmos a que deverão se submeter em sua nova experiência de vida.</p> <p>(B) Por vezes, uma comparação da nossa cultura com a de outros povos restitue-nos o desejo de uma sociedade em que nada obstrui o caminho natural da justiça.</p> <p>(C) Se viajar de avião já constitui, para essa leva de jovens, uma experiência assombrosa, imagine-se o assombro deles quando haverem de entrar em contato com nossas leis.</p> <p>(D) Em suas tribos, os jovens sudaneses entretiam-se com as práticas da vida concreta, sem a preocupação de atentarem para intermináveis códigos de leis casuísticas.</p> <p>(E) Deveríamos agir segundo valores com os quais reouvéssemos o sentido do que é social, e não sob a pressão de códigos que advieram de uma progressiva indigência moral.</p>                          |
| <p>8. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.</p> <p>(B) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.</p> <p>(C) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.</p> <p>(D) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.</p> <p>(E) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.</p>  | <p>12. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.</p> <p>(B) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.</p> <p>(C) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.</p> <p>(D) A angústia a que submeteremos esses jovens deve-se-á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.</p> <p>(E) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.</p> |
| <p>9. <i>Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.</i></p> <p>Caso se substitua, na frase acima, o termo <b><i>insegura</i></b> por</p> <p>(A) <b><i>insatisfeita</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>às suas opções morais</i></b>.</p> <p>(B) <b><i>desorientada</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>quanto a suas opções morais</i></b>.</p> <p>(C) <b><i>desatenta</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>por suas opções morais</i></b>.</p> <p>(D) <b><i>carente</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>de cujas opções morais</i></b>.</p> <p>(E) <b><i>desprovida</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>mediante suas opções morais</i></b>.</p>   |  |

|   |  |
|---|--|
| <p>13. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. Se sempre há quem julgue, a maior especificação dos códigos uma garantia de maior justiça, há também quem a ache ao contrário, um retrocesso, um caso de indigência moral.</p> <p>II. Acima de toda casuística, deve-se buscar um plano de valores comungáveis e autênticos, capazes de promover uma conduta social naturalmente justa, em vez de se prescrever um rosário sem fim de obrigações pessoais.</p> <p>III. Séculos atrás, Montaigne, num de seus ensaios, já narrava a perplexidade de alguns índios americanos, quando postos em contato com os sofisticados e artificiais procedimentos da aristocracia francesa.</p> <p>Quanto à pontuação, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II, III.<br/>         (B) I e II, somente.<br/>         (C) I e III, somente.<br/>         (D) II e III, somente.<br/>         (E) II, somente.</p> | <p>17. <i>Nos próximos dias estaremos enviando-lhe nosso catálogo e o senhor estará tomando conhecimento das nossas novas ofertas.</i></p> <p>A frase acima apresenta um vício muito presente no discurso oral em nossos dias, representado</p> <p>(A) pelo mau emprego de pronomes pessoais.<br/>         (B) pela falta de critério no emprego de formas de tratamento.<br/>         (C) pelo emprego equivocado do nosso léxico.<br/>         (D) pelo mau emprego de tempos e modos verbais.<br/>         (E) pela incorreção da regência verbal.</p>  |
| <p>14. <i>Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras.</i></p> <p>Caso se reconstrua o período acima, começando-se por <i>Inventamos regras</i>, uma possibilidade de complementação correta, coerente com o sentido original do período, será a frase:</p> <p>(A) desde que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.<br/>         (B) pela razão de que não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.<br/>         (C) por isso não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.<br/>         (D) razão pela qual não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.<br/>         (E) ainda que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p>  | <p>18. <i>Quanto melhor estiver constituído o Estado, tanto mais os negócios públicos prevalecerão sobre os particulares.</i> (Rousseau)</p> <p>Não haveria prejuízo para o sentido da frase de Rousseau caso a reconstruíssemos corretamente, como está em:</p> <p>(A) O Estado se constituirá de modo tanto mais aprimorado quanto mais os negócios públicos tiverem prevalência sobre os particulares.<br/>         (B) Os negócios públicos prevalecerão sobre os privados, da mesma forma em que o Estado se vá aprimorando em sua melhor constituição.<br/>         (C) Somente estará tão bem constituído o Estado quando os negócios públicos igualmente prevalecerem sobre os particulares.<br/>         (D) À proporção que o Estado vá se constituindo, tanto melhor para os negócios públicos prevalecerem sobre os particulares.<br/>         (E) A prevalência dos negócios públicos sobre os particulares é tanto maior quanto mais se aprimora a constituição do Estado.</p> |
| <p>15. Há um excesso de leis, e quando <u>há leis</u> em excesso deve-se <u>reconhecer nessas leis</u> o vício da excessiva particularização, <u>excessiva particularização que</u> só revela a fragilidade dos princípios morais.</p> <p>Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) as há - reconhecer nelas - a qual.<br/>         (B) há as mesmas - reconhecê-las - a qual.<br/>         (C) há elas - reconhecer-lhes - cuja.<br/>         (D) as há - reconhecer a elas - cuja.<br/>         (E) há estas - reconhecê-las - onde.</p>   | <p>19. As razões ..... ele deverá invocar para justificar o que fez não alcançarão qualquer ressonância ..... membros do Conselho, ..... votos ele depende para permanecer na empresa.</p> <p>Preenchem de modo correto as lacunas da frase acima, respectivamente, as expressões:</p> <p>(A) a que - para com os - de cujos<br/>         (B) de que - junto aos - cujos os<br/>         (C) que - diante dos - de quem os<br/>         (D) às quais - em vista dos - em cujos<br/>         (E) que - junto aos - de cujos</p>   |
| <p>16. <b>Fluência em línguas não eliminará mais candidato a diplomata</b></p> <p>Na manchete acima, o jornalista desejou informar que a prova de fluência em línguas não mais seria eliminatória, mas <b>o que de fato a manchete está afirmando</b> é:</p> <p>(A) Todo candidato a diplomata que não for fluente em línguas deverá ser eliminado.<br/>         (B) Mais nenhum candidato a diplomata será eliminado, ainda que não seja fluente em línguas.<br/>         (C) O candidato a diplomata que for fluente em línguas não mais será eliminado.<br/>         (D) A falta de fluência em línguas eliminará ainda mais candidatos a diplomata.<br/>         (E) A fluência em línguas deixará de eliminar a maioria dos candidatos a diplomata.</p>  | <p>20. Em razão do desrespeito às normas de concordância verbal, é preciso <b>corrigir</b> a seguinte frase:</p> <p>(A) Ainda que não continue a cometê-lo de modo tão regular, como costumava ocorrer, vêm-no prejudicando esses seus destemperos.<br/>         (B) Se houverem de ser consideradas as desculpas desse faltoso, por que não relevar as dos demais?<br/>         (C) Apesar de todas as manobras com que tumultuara a sessão, não logrou o grupo oposicionista alcançar os adiamentos que tanto lhe interessavam.<br/>         (D) Quando já não existir, entre mim e você, mais do que uns instantes de simpatia, não haverá por que continuarmos juntos.<br/>         (E) Cada um daqueles colegas que de fato demonstraram afeto por mim receberá este livrinho, em que se reavivam as nossas melhores recordações.</p>   |

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Luís Antônio e Adelaide, servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Piauí, discutiam temas pertinentes à Administração Pública daquele Estado, notadamente sobre os princípios que devem nortear as correspondentes atividades. Em determinado momento, Adelaide inquiriu Luís Antônio sobre qual desses princípios caracteriza o Estado Democrático de Direito, devendo a resposta correta recair sobre o princípio da
- (A) impessoalidade.  
 (B) legalidade.  
 (C) probidade administrativa.  
 (D) presunção de legitimidade.  
 (E) indisponibilidade de interesse público.

22. As constantes ausências imotivadas de Manoel Tadeu ao serviço, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, levaram o seu superior imediato a aplicar-lhe a pena de suspensão de 15 (quinze) dias. Publicada no Diário Oficial a penalidade, Manoel recusou-se a cumprir aquela sanção, sob a argumentação de que a maioria das ausências foi motivada por problemas de saúde de sua mãe, fatos esses que sequer foram alegados e nem mesmo provados no decorrer do processo administrativo instaurado para apurar aquelas faltas. Conseqüentemente, não concordando em cumprir a penalidade aplicada, estarão sendo INOBSERVADOS os seguintes atributos do correspondente ato administrativo:
- (A) coercibilidade e finalidade.  
 (B) motivo e auto-executoriedade.  
 (C) imperatividade e presunção de legitimidade.  
 (D) veracidade e motivo.  
 (E) tipicidade e vinculação.

23. Sendo o Diretor do Serviço de Material e Patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, competente para aprovar o procedimento licitatório, referida autoridade estará apta a adotar as seguintes providências:
- I. Deverá revogar a licitação por razões de ilegalidade, sempre mediante ato de ofício e prévio parecer escrito e aprovado pela autoridade imediatamente superior, em decorrência da vinculação.
- II. Por força da discricionariedade, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- III. Poderá anular a licitação por razões de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente motivado, em face da discricionariedade.
- IV. Em face da vinculação, deverá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- É correto o que se contém APENAS em
- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) II e III.  
 (D) II e IV.  
 (E) III e IV.

24. Mediante prévia licitação, a Prefeitura Municipal "D" contratou, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de reforma do seu edifício sede, incluindo o fornecimento de materiais. No decorrer da execução contratual, foi constatada, em decorrência de fatos supervenientes, relacionados com a estrutura daquela edificação, a necessidade de acrescer a importância correspondente a 36,5% (trinta e seis e meio por cento) do valor inicial do contrato. Diante dessa situação fática, aquela municipalidade poderá adotar, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a seguinte solução:
- (A) anular a licitação em decorrência de vício no dimensionamento do objeto da licitação, podendo celebrar novo contrato com o mesmo contratado ou outra empresa, mediante licitação dispensável, por ser considerada fracassada a licitação anterior.
- (B) mediante acordo a ser celebrado com o contratado, autorizar o acréscimo e o correspondente reajuste de preços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sendo que o valor correspondente à parte remanescente da reforma deverá ser objeto de nova licitação.
- (C) mediante ato unilateral daquela Administração, o contratado estará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o citado acréscimo, posto que, em razão do objeto daquele ajuste, a legitimidade desses acréscimos está limitada a 50% (cinquenta por cento).
- (D) determinar a suspensão, por até 120 (cento e vinte) dias, da execução daquele contrato, e, ato contínuo, realizar nova licitação para contratar os serviços necessários à reparação da estrutura daquela edificação.
- (E) revogar a licitação para preservar o interesse público e a legalidade, haja vista que o diploma legal citado não autoriza acréscimos correspondentes ao percentual detectado, promovendo, ato contínuo, nova licitação.

25. Jorgina Maria, titular do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, foi designada, por ato da autoridade competente, para substituir Ana Maria, Diretora dos Serviços Gerais daquela Corte. Em decorrência do afastamento daquela Diretora, por motivo de estudo no exterior, Jorgina
- (A) não poderá substituir aquela Diretora, haja vista que a sua designação somente poderá operar efeitos nos casos de licenças e impedimentos de ordem legal.
- (B) poderá assumir aquela Diretoria mediante autorização do seu superior, ficando automaticamente afastada das funções inerentes ao cargo de Analista Judiciário e passará a receber a diferença da remuneração entre o cargo efetivo e o de direção.
- (C) passará a exercer o cargo de direção imediatamente, com prejuízo das funções do cargo que ocupa, devendo receber a remuneração correspondente ao cargo efetivo, acrescida de 20% (vinte por cento), a título de verba de representação.
- (D) assumirá automática e cumulativamente aquela Diretoria, sem prejuízo do cargo efetivo, devendo optar pela remuneração correspondente a um desses cargos durante o período de substituição.
- (E) deverá assumir a Diretoria tão logo ocorra a liberação formal do seu superior, com prejuízo parcial das funções do seu cargo efetivo, passando a receber a remuneração do cargo de Diretora, acrescida de 10% (dez por cento) de gratificação.

26. Para o provimento dos cargos públicos de técnico judiciário, requisitos devem ser satisfeitos pelos interessados, dentre os quais podem ser destacados:

- (A) a nacionalidade brasileira, a quitação com as obrigações militares e idade mínima de dezoito anos, para fins da investidura.
- (B) aptidão física e mental e nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo, no ato em que o servidor for iniciar o exercício.
- (C) o gozo dos direitos políticos e a regularidade com as obrigações eleitorais, a serem comprovados no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento.
- (D) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem o respectivo patrimônio, por ocasião do exercício, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados do ato de posse.
- (E) idade mínima de dezoito anos e nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, até (cinco) dias após a posse e antes do efetivo desempenho das atribuições do cargo.

27. Em conformidade com a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas posteriores alterações, indique, dentre as alternativas a seguir, aquela que contém, respectivamente, uma afirmação INCORRETA (1) e outra CORRETA (2):

- (A) (1) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão; (2) Para efeitos do diploma legal supracitado, servidor é a pessoa física ou jurídica legalmente investida em cargo público, emprego, função ou mediante delegação.
- (B) (1) Cargo público corresponde ao conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor; (2) Os cargos públicos são criados por lei ou decreto regulamentar, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- (C) (1) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público; (2) Cargo público corresponde ao conjunto de responsabilidades, poderes e deveres estabelecidos mediante ato normativo individual, de competência exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (D) (1) O diploma legal supracitado veda a prestação de serviços gratuitos, podendo essa regra ser excepcionada por lei; (2) O mesmo diploma legal instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, exclusive os da administração indireta.
- (E) (1) O citado diploma legal dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e das autarquias federais, excluídas aquelas sob regime especial e as fundações públicas federais e distritais; (2) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

28. Carlos adquiriu um terreno em área urbana e nele construiu uma casa, do tipo popular, contendo cinco cômodos. Tendo em vista o direito de propriedade, assegurado constitucionalmente, é certo que esse direito

- (A) é absoluto, porque o proprietário tem a prerrogativa de usar e dispor do imóvel e reivindicá-lo de quem o tomou, sendo oponível a qualquer pessoa.
- (B) sofre relativização significativa, porque, dentre outras limitações, poderá ser objeto de requisição administrativa, e de perda na esfera penal.
- (C) relaciona-se com a inviolabilidade do domicílio, que é absoluta, porque ninguém pode nele penetrar sem o consentimento do proprietário.
- (D) não é passível de qualquer restrição ou limitação, administrativa ou não, visto que será sempre indenizado no caso de perda.
- (E) aplica-se absoluta e integralmente aos bens imóveis, pela sua natureza, mas relativa e parcialmente aos móveis ou acessórios.

29. O Presidente da República, ao apreciar um projeto de lei sobre matéria de direito do trabalho, resolveu vetá-lo. Para tanto, deverá observar que esse veto

- (A) dispensa motivação quando for o caso de inconstitucionalidade, mas deverá encerrar a idéia de eliminação ou exclusão.
- (B) será total e motivado, mas podendo consistir em adição ou acréscimo de artigos ou incisos quando estiver presente o interesse público.
- (C) dispensa motivação por ser prerrogativa constitucional do Chefe do Executivo, podendo ocorrer, no texto legal, a exclusão ou adjunção de palavras.
- (D) será sempre motivado, podendo ser total ou parcial, encerrando a idéia de eliminação, de exclusão ou de vedação.
- (E) poderá ser motivado a critério presidencial, mas será sempre parcial quando a iniciativa for do Poder Legislativo, facultada a supressão ou adição.

30. O Sindicato dos Bancários ingressou em juízo na defesa de interesses individuais dessa categoria profissional. Considerando que o ingresso é em nome próprio na defesa de interesses alheios, esse direito coletivo dos trabalhadores consiste, tecnicamente, no direito de

- (A) participação laboral.
- (B) representação administrativa.
- (C) substituição processual.
- (D) gestão trabalhista.
- (E) adesão sindical.

31. A fiscalização contábil e financeira, dentre outras de competência do Ministério da Fazenda e do Ministério do Trabalho e Emprego, no que tange também à aplicação de subvenção e renúncia de receitas, em conformidade com a Constituição Federal, será exercida pelo Congresso Nacional,

- (A) por meio de controle interno, e pelo sistema de controle externo do Senado Federal.
- (B) por meio de controle externo, e pelo controle interno do Tribunal de Contas.
- (C) através de controle interno, e mediante controle externo do Poder Judiciário.
- (D) mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (E) mediante controle interno, e através do sistema de controle externo da Câmara dos Deputados.

|   |  |
|---|--|
| <p>32. Lourdes nasceu no Brasil, mas é filha de Giacomino e Cláudia, estes nascidos na Itália, país que adota o <i>ius sanguinis</i>. Os referidos progenitores de Lourdes, na data do nascimento desta, não estavam no Brasil a serviço de seu país, a Itália. Nesse caso, Lourdes é considerada</p> <p>(A) somente brasileira.<br/>         (B) <i>heimatlos</i>.<br/>         (C) polipátrida.<br/>         (D) somente italiana.<br/>         (E) sempre estrangeira.</p>   | <p>36. O pagamento do décimo terceiro salário (gratificação de natal), pelo empregador aos empregados, deverá ser efetivado:</p> <p>(A) sempre no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, preferencialmente, podendo, a critério do empregador, ser parcelado em até duas vezes.<br/>         (B) entre os meses de fevereiro a novembro a antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o dia vinte de dezembro a metade restante.<br/>         (C) entre os meses de fevereiro a novembro, a todos os empregados, de uma só vez.<br/>         (D) entre os meses de fevereiro a novembro a antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o final do mês de dezembro a metade restante.<br/>         (E) no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, obrigatoriamente.</p> |
| <p>33. Vinicius exerce o cargo de Procurador-Geral da República há menos de um ano, sendo que o Presidente da República tomou a iniciativa de destitui-lo de suas funções constitucionais. Assim, essa destituição</p> <p>(A) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.<br/>         (B) exige o referendo, <i>a posteriori</i>, da Mesa do Congresso Nacional.<br/>         (C) ocorrerá com a publicação da exoneração, dispensada a anuência do Poder Legislativo.<br/>         (D) dar-se-á com a edição do ato de exoneração, após a anuência do Supremo Tribunal Federal.<br/>         (E) deverá ser precedida de autorização da maioria simples da Câmara dos Deputados.</p> | <p>37. Não existindo disposição legal trabalhista, as decisões da Justiça do Trabalho e das autoridades administrativas deverão considerar</p> <p>(A) o direito comum, salvo se incompatível com os preceitos trabalhistas.<br/>         (B) a analogia e os usos e costumes, exclusivamente.<br/>         (C) a jurisprudência ou analogia, exclusivamente.<br/>         (D) os princípios gerais de direito, exclusivamente.<br/>         (E) o direito comum como fonte subsidiária obrigatória em todos os casos.</p>  |
| <p>34. Valéria, na qualidade de dirigente do serviço oficial de estatística, geografia, geologia e cartografia federal, ao examinar matéria imobiliária do Brasil, observou, dentre outros imóveis:</p> <p>I. Terrenos da marinha e seus acréscidos; e<br/>         II. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.</p> <p>Diante disso, conclui que esses bens são</p> <p>(A) dos Estados onde estiverem localizados.<br/>         (B) da União, em ambas as hipóteses.<br/>         (C) dos Municípios onde estiverem situados.<br/>         (D) dos particulares e dos índios, respectivamente.<br/>         (E) do Distrito Federal e dos Territórios, respectivamente.</p>                                    | <p>38. Na hipótese de excesso de horas de trabalho em um dia, poderá ser dispensado o acréscimo de salário ao empregado desde que ajustada compensação pela correspondente diminuição em outro dia. O ajuste deverá ser feito por acordo ou convenção coletiva, prevendo a compensação no período máximo de</p> <p>(A) sete dias.<br/>         (B) trinta dias.<br/>         (C) cento e vinte dias.<br/>         (D) um ano.<br/>         (E) dois anos.</p>  |
| <p style="text-align: center;"><b>DIREITO DO TRABALHO</b></p> <p>35. O contrato individual de trabalho pode ser acordado</p> <p>(A) expressamente, sempre no caso de contrato a prazo indeterminado.<br/>         (B) expressamente, sempre, salvo no caso de categoria diferenciada.<br/>         (C) tacitamente, somente se houver contrato coletivo que assim autorize.<br/>         (D) tacita ou expressamente, mas sempre reduzido a termo.<br/>         (E) tacita ou expressamente, verbalmente ou por escrito.</p>  | <p>39. No trabalho em regime de tempo parcial, é correto afirmar:</p> <p>(A) Deve ser necessariamente cumprido entre 25 e 44 horas semanais.<br/>         (B) Os atuais empregados não podem optar pelo regime de trabalho em tempo parcial.<br/>         (C) Os empregados admitidos sob o regime de tempo parcial receberão o mesmo salário nominal que aqueles que cumprem as mesmas funções em tempo integral.<br/>         (D) Trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais.<br/>         (E) Os empregados atuais poderão optar pelo regime em tempo parcial, desde que pactuado individualmente com o empregador.</p>   |

|  |   |
|--|---|
| <p>40. Em relação às Comissões de Conciliação Prévia, é correto afirmar que</p> <p>(A) o termo de conciliação é título executivo judicial e terá eficácia após sua regular homologação.</p> <p>(B) o prazo prescricional será interrompido a partir da declaração de frustração da tentativa conciliatória.</p> <p>(C) será composta de, no mínimo, quatro, e, no máximo, cinquenta membros, se instituída no âmbito da empresa.</p> <p>(D) a comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e funcionamento somente por meio de acordo coletivo.</p> <p>(E) é vedada a dispensa dos representantes dos empregados, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.</p>  | <p>45. Na liquidação da sentença,</p> <p>(A) elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação.</p> <p>(B) as partes poderão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo da contribuição previdenciária incidente.</p> <p>(C) a liquidação poderá ser inovada, se a sentença liquidanda discutir matéria pertinente à causa principal.</p> <p>(D) elaborada a conta de liquidação, o juiz intimará o INSS para manifestação no prazo de 10 dias.</p> <p>(E) é vedada a execução <i>ex officio</i> dos créditos previdenciários devidos em decisão resultante de homologação de acordo.</p>   |
| <p>41. Considera-se abono de férias</p> <p>(A) a faculdade de o empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.</p> <p>(B) o gozo de férias anuais remuneradas com, pelos menos, 1/3 (um terço) a mais do que o salário normal.</p> <p>(C) o gozo de férias anuais acrescidas de um período, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais do que o normal.</p> <p>(D) a faculdade de o empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito, recebendo o valor equivalente com o adicional de 50% (cinquenta por cento).</p> <p>(E) a faculdade de o empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito, recebendo o valor equivalente com o adicional de 50% (cinquenta por cento), inclusive para o trabalho em regime de tempo parcial.</p> | <p>46. A proposta de conciliação deve ser anunciada pelo juiz</p> <p>(A) na abertura da audiência e renovada após o encerramento da instrução processual.</p> <p>(B) na abertura da audiência e antes do encerramento da instrução processual.</p> <p>(C) após a defesa e renovada após o encerramento da instrução processual.</p> <p>(D) após a defesa e antes do encerramento da instrução processual.</p> <p>(E) somente após o oferecimento da defesa.</p>   |
| <p>42. O contrato de trabalho celebrado entre um médico e sua recepcionista caracteriza</p> <p>(A) vínculo empregatício.</p> <p>(B) trabalho avulso.</p> <p>(C) trabalho cooperado.</p> <p>(D) trabalho autônomo.</p> <p>(E) trabalho eventual.</p>  | <p>47. “Y” ajuíza ação trabalhista contra “Z”, pretendendo o reconhecimento do vínculo empregatício e o pagamento das verbas trabalhistas. É correto afirmar que, se “Z”, na defesa,</p> <p>(A) admitir prestação de serviço diversa da pretendida por “Y”, o ônus da prova caberá a “Y”.</p> <p>(B) admitir prestação de serviço diversa da pretendida por “Y”, o ônus da prova caberá a “Z”.</p> <p>(C) alegar inexistência de qualquer prestação de serviço, atrairá para si o ônus da prova.</p> <p>(D) alegar inexistência de qualquer prestação de serviço, o ônus da prova pertencerá a ambos.</p> <p>(E) aduzir existência de relação jurídica de natureza civil, o ônus da prova pertencerá a ambos.</p> |
| <p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b></p>   | <p>48. O rito sumaríssimo aplica-se aos dissídios de valor</p> <p>(A) ilimitado, salvo à Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional e às empresas públicas e sociedades de economia mista.</p> <p>(B) até quarenta vezes o valor do salário mínimo, salvo à Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>(C) ilimitado, salvo ao empregador individual e às micro-empresas.</p> <p>(D) até vinte vezes o valor do salário mínimo, salvo à Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.</p> <p>(E) até quarenta vezes o valor do salário mínimo, salvo à Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.</p>                        |
| <p>43. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, admite-se suspensão do feito quando interposta</p> <p>(A) impugnação ao valor da causa.</p> <p>(B) exceção de impedimento.</p> <p>(C) exceção de suspeição.</p> <p>(D) preliminar de coisa julgada.</p> <p>(E) preliminar de carência de ação.</p>   |   |
| <p>44. Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado poderá apresentar embargos à execução para impugnar</p> <p>(A) cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.</p> <p>(B) adicional de horas extras e prescrição da dívida.</p> <p>(C) adicional de insalubridade e prescrição da dívida.</p> <p>(D) juros e correção monetária e compensação da dívida.</p> <p>(E) cumprimento da decisão ou do acordo e compensação da dívida.</p>   |   |

|   |   |
|---|---|
| <p>49. No processo do trabalho, relativamente a dissídio coletivo, é correto afirmar que a instauração da instância pode se dar pelos sindicatos interessados,</p> <p>(A) exclusivamente, sendo vedada a possibilidade de acordo, dado o caráter coletivo da decisão.</p> <p>(B) ou pelo Presidente do Tribunal exclusivamente, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo próprio Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) pelo Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria do Trabalho, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo Tribunal competente.</p> <p>(D) pelo Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria do Trabalho, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo próprio Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) exclusivamente, sendo possível a celebração de acordo, homologado pelo Tribunal competente.</p>  | <p>52. Pedro, médico, foi perito judicial numa ação judicial e solicitou R\$ 3.000,00 ao advogado do autor para apresentar laudo favorável ao seu cliente. O advogado pagou a quantia solicitada, mas Pedro apresentou laudo totalmente contrário à pretensão do autor. Nesse caso, Pedro</p> <p>(A) não cometeu crime contra a administração pública, porque não é funcionário público.</p> <p>(B) cometeu crime de concussão, porque formulou solicitação de vantagem indevida.</p> <p>(C) cometeu crime de corrupção passiva, porque solicitou vantagem ilícita em razão de sua função.</p> <p>(D) não cometeu crime contra a administração pública, porque não apresentou o laudo falso que havia prometido.</p> <p>(E) cometeu crime de prevaricação, porque praticou indevidamente ato de ofício.</p>   |
| <p>50. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, são beneficiários da isenção do pagamento de custas a União, os Estados e os Municípios,</p> <p>(A) exclusivamente.</p> <p>(B) o Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.</p> <p>(C) bem como as respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica; o Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.</p> <p>(D) bem como as respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica e o Ministério Público do Trabalho, alcançando a referida isenção eventuais despesas realizadas pela parte vencedora.</p> <p>(E) bem como as respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, que não explorem atividade econômica e o Ministério Público do Trabalho.</p> | <p>53. Maria é sub-chefe de um Departamento da Prefeitura Municipal de sua cidade e descobriu que uma funcionária, subordinada sua, havia desviado valores em dinheiro da municipalidade em proveito próprio. Como sabia que essa funcionária passava por dificuldades financeiras e como não tinha competência para puni-la, ficou penalizada e não adotou nenhuma providência, tendo o fato sido descoberto em auditoria realizada um ano depois. Nesse caso, Maria</p> <p>(A) não cometeu crime contra a administração pública, porque não tinha competência para punir a funcionária que cometeu a infração.</p> <p>(B) cometeu crime de condescendência criminosa, pois deixou de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.</p> <p>(C) cometeu crime de prevaricação, pois deixou de praticar ato de ofício por sentimento pessoal.</p> <p>(D) cometeu crime de peculato doloso, porque, mesmo sabendo do desvio de valores, deixou de responsabilizar a funcionária que cometeu a infração.</p> <p>(E) cometeu crime de peculato culposo, porque, por negligência e omissão, possibilitou a concretização do desvio.</p> |
| <p style="text-align: center;"><b>DIREITO PENAL</b></p> <p>51. Mário é funcionário público municipal, exercendo suas funções no setor de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano. Luís não pagou o tributo referente à sua residência, apesar de várias vezes notificado. Em vista disso, objetivando cobrar esse tributo devido ao erário público municipal, Mário mandou confeccionar e pendurar na via pública, defronte à residência de Luís, várias faixas dizendo que Luís era caloteiro e não pagava os impostos devidos à Prefeitura. Assim procedendo, Mário</p> <p>(A) praticou delito de concussão.</p> <p>(B) não praticou crime contra a administração pública.</p> <p>(C) praticou delito de prevaricação.</p> <p>(D) cometeu crime de exercício funcional ilegalmente prolongado.</p> <p>(E) cometeu crime de excesso de exação.</p>  | <p>54. Aldo é alto funcionário público da Secretaria da Fazenda do Estado e, valendo-se do prestígio de seu cargo, procurou funcionário da Prefeitura Municipal de sua cidade e solicitou que desse andamento rápido ao processo de aprovação da planta de reforma de sua residência. Nessa situação, Aldo</p> <p>(A) cometeu crime de prevaricação, porque praticou ato de ofício irregular para atender a interesse pessoal.</p> <p>(B) cometeu crime de advocacia administrativa, porque patrocinou interesse privado perante a administração pública.</p> <p>(C) praticou crime de concussão, porque, em razão de seu cargo na área estadual, seu pedido implicou verdadeira exigência.</p> <p>(D) não cometeu crime contra a administração pública, porque não patrocinou interesse alheio privado perante a administração pública.</p> <p>(E) praticou delito de excesso de exação, porque se excedeu nos limites das suas funções públicas.</p>  |

55. Plínio, vendedor ambulante, aproveitando-se de um descuido do motorista de um veículo da Prefeitura Municipal de sua cidade, subtraiu a quantia de R\$ 5.000,00, referente à arrecadação municipal do dia que estava sendo levada para ser depositada na conta corrente da municipalidade. Em tal situação, é correto afirmar que Plínio
- (A) não cometeu o crime de peculato doloso, porque não era funcionário público para efeitos criminais.
  - (B) cometeu o crime de peculato por erro de outrem, porque se aproveitou da negligência do motorista do veículo.
  - (C) praticou o delito de peculato-furto, porque subtraiu valores em dinheiro pertencentes à municipalidade.
  - (D) cometeu o delito de peculato culposo, porque foi negligente em não deduzir que o dinheiro poderia pertencer à municipalidade.
  - (E) praticou o delito de peculato doloso, porque se apropriou de bem móvel público.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

56. Numa ação ordinária, o réu foi condenado a pagar perdas e danos ao autor. A sentença não fixou o respectivo valor, nem determinou a liquidação por arbitramento, que também não é exigida pela natureza do objeto da liquidação. Ocorreu o trânsito em julgado. Nesse caso, a execução
- (A) dependerá de prévia estimativa de valor, que poderá ser feita pelo contador do juízo, se o credor for beneficiário da justiça gratuita.
  - (B) será feita com base em cálculo apresentado pelo credor, com a possibilidade de ser impugnado pelo devedor.
  - (C) será feita com base em cálculo do contador, sujeito à impugnação das partes.
  - (D) não dependerá de liquidação, podendo o valor ser fixado durante a sua tramitação.
  - (E) dependerá de liquidação por artigos ou por arbitramento, quando convencionado pelas partes.
57. A respeito da execução para cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, é correto afirmar que:
- (A) Se fundada em título extrajudicial, a multa será fixada pelo credor e não pelo juiz da execução.
  - (B) O valor da multa fixado na sentença não poderá ser modificado pelo juízo da execução, ainda que se tornar insuficiente.
  - (C) Se determinada por título judicial, o juiz, se omissa a sentença, fixará multa por dia de atraso e a data a partir da qual ela será devida.
  - (D) Quando o valor da multa estiver previsto no título extrajudicial, o juiz não poderá reduzi-lo, nem aumentá-lo.
  - (E) O valor da multa fixado na sentença não poderá ser modificado pelo juízo da execução, mesmo que seja excessivo.

58. Numa execução, estão sendo leiloados três automóveis, avaliados em R\$ 7.000,00 cada um. Os bens são disputados por vários lançadores. Pedro ofereceu R\$ 8.000,00 pelo automóvel "A", não se interessando pelos demais; Paulo ofereceu R\$ 9.000,00 pelo automóvel "A", R\$ 8.000,00 pelo automóvel "B", não se interessando pelo veículo "C". Mário se propõe a arrematar os três, englobadamente. Nesse caso,
- (A) nenhum dos lançadores terá preferência, cabendo ao juiz, após ouvir o credor, decidir, em despacho fundamentado, qual ou quais dos três interessados arrematará os bens.
  - (B) Mário terá preferência, desde que ofereça para o veículo "C" preço igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor igual ao do maior lance, apenas no caso de tratar-se de segundo leilão.
  - (C) Mário só terá preferência se oferecer para o veículo "C" preço igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor superior aos lances de Paulo.
  - (D) Paulo terá preferência quanto aos veículos "A" e "B", por ter oferecido os maiores lances e caberá a Mário o veículo "C", se tiver oferecido valor igual ao da avaliação.
  - (E) Mário terá preferência, desde que ofereça para o veículo "C" preço no mínimo igual ao da avaliação e para os veículos "A" e "B" valor igual ou superior ao do maior lance.

59. Na execução por carta, os embargos serão oferecidos
- (A) apenas no juízo deprecante, ao qual compete o respectivo julgamento, salvo se versarem unicamente questões ligadas à avaliação ou alienação dos bens.
  - (B) no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
  - (C) apenas no juízo deprecado, ao qual compete o respectivo julgamento, se versarem sobre qualquer causa extintiva da obrigação, ou sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
  - (D) apenas no juízo deprecante, ao qual compete o respectivo julgamento, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora.
  - (E) no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado, salvo se versarem sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

60. A respeito dos embargos do devedor no processo de execução, considere:
- I. Não são admissíveis embargos, na execução para entrega de coisa, antes de seguro o juízo pelo depósito.
  - II. O devedor oferecerá embargos no prazo de dez dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.
  - III. Os embargos serão sempre recebidos com efeito suspensivo.
  - IV. Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar o credor para impugná-los no prazo de dez dias.
- É correto o que se contém APENAS em
- (A) II, III e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) I, II e IV.
  - (D) I e III.
  - (E) I, III e IV.